

48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias exigentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo, é avaliado para sua classificação. A Companhia não possui derivativos embutidos. Com base na sua avaliação, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras uma vez que a Companhia não possui ativos mensurados a valor justo. (ii) **Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros** - A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as previsões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de cliente e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **Contas a receber:** A Companhia avaliou seus clientes considerando risco de crédito, perfil dos negócios de cada cliente, região, nível de inadimplência, tempo de relacionamento, tipo e volume de produtos comprados. A Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não resultará em mudanças significativas no saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2018, visto que não possui em sua carteira de clientes contratos de longo prazo ou contratos que representem riscos de perda que possam gerar perdas significativas em seus recebíveis, e, que a provisão reconhecida conforme nota explicativa 5 é a real expectativa de perda esperada inclusive para os próximos 12 meses. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes, não provisionadas anteriormente. (iii) **Classificação - Passivos financeiros** - O CPC 48/IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018. (iv) **Divulgações** - A IFRS 9 exigirá extensivas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia inclui uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. **c) CPC 47/IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. (i) **Venda de produtos** - As receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o reconhecimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. A Companhia possui suas relações comerciais com seus clientes, cuja promessa de transferência do produto não envolve outras obrigações de desempenho que por ventura sejam requeridos o reconhecimento isoladamente ou em conjunto com outros recursos. Adicionalmente não há contraprestações (remunerações) variáveis que podem afetar o momento de reconhecimento da receita, como também, acordos com direitos de devolução e com direito ou obrigação de recompra. Por fim, a Companhia controla os bens antes da transferência para seus clientes, sem intermédio de agente. **d) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)** - A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o IPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais

com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Com base na avaliação da Administração até o momento, não é previsto qualquer outro impacto uma vez que a Companhia possui contratos de arrendamento. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2017	2016
Caixa e banco conta movimento	22	36
Aplicações financeiras	6.658	19.810
Total	6.680	19.846

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB com remuneração baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com liquidez imediata. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

5. Contas a receber:

	2017	2016
Contas a receber de clientes	17.049	23.942
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.407)	(1.407)
Total	15.642	22.535

Os saldos de contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são oriundos da venda de Óleo de Palma em Bruto (CPO). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. A seguir listamos em quadro o *aging list* da nossa carteira de clientes:

	2017	2016
A vencer	11.541	11.454
Vencidos a 30 dias	89	6.257
Vencidos a 60 dias	-	205
Vencidos a 180 dias	4	-
Vencidos acima de 180 dias	5.415	5.525
Total	17.049	23.942

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

	2017	2016
Saldo inicial	(1.407)	(1.673)
Recuperado	-	266
Constituição de provisão no exercício	-	-
Saldo final	(1.407)	(1.407)

A Companhia possui como política para constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa títulos vencidos a mais de 180 dias. Adicionalmente a Companhia realiza análise individualizada dos demais títulos dos clientes para os quais possuem títulos provisionados conforme critérios da política, com a finalidade de avaliar qualitativamente a necessidade de incluí-los na provisão para crédito de liquidação duvidosa. **6. Estoques:**

	2017	2016
Produtos acabados	21.489	5.199
Almoxarifado	21.228	19.009
Pecas de veículos	11.869	10.003
Aubos e defensivos agrícolas	5.018	14.196
Equipamentos de proteção	4.411	6.212
Total	64.015	54.620

7. Impostos a recuperar:

	2017	2016
IRPJ/CSLL	(a)	18.496
Imposto de renda retido na fonte	6.149	5.954
INSS	54	54
PIS e COFINS	(b)	38.908
Total	63.607	62.190
Circulante	51.443	12.903
Não circulante	12.164	49.287

(a) Crédito proveniente de recolhimento a maior para ser compensado no exercício subsequente. (b) Em 2017 e 2016 a Companhia apurou créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre o ativo imobilizado e demais custos do processo produtivo. A Companhia irá recuperar estes valores quando os pedidos de compensações forem deferidos pela Receita Federal do Brasil, com as retenções de IRRF de terceiros e quando da obtenção de lucros em nossos exercícios financeiros futuros. **8. Imobilizado:** A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está sumarizada da seguinte forma: Composição do ativo imobilizado

	2017		2016	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Liquido
Terras	4	177.230	-	177.230
Instalações	4	313.244	(20.417)	292.827
Máquinas e equipamentos	10	370.181	(181.832)	188.349
Móveis e utensílios	10	9.318	(4.828)	4.490
Veículos	20	21.825	(19.832)	1.993
Equipamentos de informática	20	11.758	(8.255)	3.503
Semoventes	20	42	(6)	36
Planta portadora	3,33	700.202	(80.551)	619.651
Imobilizado em andamento	-	167.694	-	167.694
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	20.400
Total		1.771.494	(315.721)	1.455.773

Movimentação do ativo imobilizado

	2016 Adições	Baixas	Transferência do exercício	Depreciação do exercício	Baixa depreciação	2017
Terras	177.257	117	-	(644)	-	177.230
Instalações	132.716	373	-	(168.622)	(8.884)	292.827
Máquinas e equipamentos	170.380	4.895	(5.108)	42.641	(28.891)	188.349
Móveis e utensílios	4.799	430	(53)	898	(1.619)	4.490
Veículos	3.499	149	(1.478)	(15)	(1.594)	1.993
Equipamentos de informática	4.343	654	(4.656)	936	(2.012)	3.503
Semoventes	3	35	-	-	(1)	36
Planta portadora	550.635	-	(3)	92.353	(23.334)	619.651
Imobilizado em andamento	408.487	49.306	(5.653)	(284.445)	-	167.694
Adiantamentos a fornecedores	20.400	-	(54)	(20.346)	-	-
Total	1.473.019	55.959	(17.003)	(66.291)	10.089	1.455.773

	2015 Adições	Baixas	Transferência do exercício	Depreciação do exercício	Baixa depreciação	2016
Terras	177.723	34	-	-	-	177.757
Instalações	49.616	35	-	87.351	(4.286)	132.716
Máquinas e equipamentos	156.084	16.647	(6.853)	38.470	(40.228)	170.380
Móveis e utensílios	5.296	404	(212)	28	(794)	4.799
Veículos	6.067	262	(1.661)	(5)	(3.422)	3.499
Equipamentos de informática	6.420	461	(5)	(157)	(2.376)	4.343
Semoventes	4	-	-	-	(1)	3
Planta portadora	524.752	-	(27)	45.412	(19.502)	550.635
Imobilizado em andamento	512.706	51.634	(20.993)	(134.860)	-	408.487
Adiantamentos a fornecedores	39.418	4.166	-	(23.184)	-	20.400
Total	1.478.086	73.643	(29.751)	13.055	(70.605)	1.473.019

(i) **Avaliação de indicadores de impairment** - Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia realizou testes para verificar a existência de fatores que indicassem uma perda relevante do valor recuperável de seu ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado desta análise foi concluído que não houve a necessidade de constituir provisões referente à perda do valor recuperável do seu ativo imobilizado. **9. Partes relacionadas:** As transações com Partes Relacionadas e a Companhia são referentes com a Vale S.A., sua controladora, para as quais são consolidadas posteriormente em suas demonstrações financeiras. Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados conforme a seguir:

	2017	Passivo 2016
Debêntures (Nota 11)		
Vale S.A.	784.628	964.665
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Vale S.A.	136.983	-
Total	921.611	964.665
Circulante	235.713	192.429
Não circulante	685.898	772.236

	2017	2016
Despesas com juros	31.770	37.492
Varição cambial líquida	23.958	199.472

	2017	2016
a. Operações com pessoal-chave da Administração		
Honorários da Diretoria	3.284	2.403
Total	3.284	2.403

Remuneração do pessoal chave da administração da Companhia inclui salários e benefícios como plano de saúde. **10. Fornecedores:** O saldo da conta fornecedores é composta da seguinte forma:

	2017	2016
Fornecedores de serviços e utilidades	18.715	17.987
Fornecedores de materiais	7.458	4.320
Fornecedores de ativo imobilizado	5.309	1.974
Outros	838	662
Total	32.320	24.943

Abaixo o vencimento das obrigações com fornecedores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016
Vencimentos	3.951	4.720
Vencidos	28.369	20.224
A vencer	23.096	19.894
Até 30 dias	854	330
Até 60 dias	4.419	-
Até 90 dias	-	-
Total	32.320	24.943

Em 2016 consta fornecedores com status de vencidos, entretanto a Companhia estava em negociação com alguns fornecedores, para que sejam pagos estes títulos sem acréscimo de multa e juros, em virtude do excelente histórico de parceria e outros em processo de validação do cumprimento de eventos para liquidação. A maior parte dos valores vencidos foram pagos no primeiro mês de 2017.

11. Debêntures: Corresponde a debêntures não conversíveis em ações emitidas pela Companhia e compradas pela Vale S.A., controladora da Companhia, no montante US\$ 319.165 mil, correspondentes a R\$ 551.800 e preveem o pagamento em treze parcelas semestrais com vencimento inicial no ano de 2015 e vencimento final em 2021. São remuneradas a partir da data de emissão de cada série, por juros correspondentes a taxa *libor* acrescida de "spread" de 4,5% a.a. e atualizados diariamente pela variação cambial a partir da respectiva data de emissão até a data do pagamento da amortização de juros. No contrato firmado não há existência de cláusulas restritivas, e garantias.

	Valor principal
Data de emissão	
17/03/2011	90.000
03/08/2011	93.000
31/10/2011	118.800
23/02/2012	150.000
15/06/2012	100.000
Total	551.800

A movimentação do saldo devedor em 2017 e 2016 está demonstrada conforme a seguir:

	Saldo devedor em 2016	Adições	Baixas	Paga-mento de juros	Varição cambial paga	Juros provi-sionados	Varição Cambial não realizada	Saldo devedor em 2017
17/03/2011	16.500	-	(17.806)	(2.992)	(16.274)	4.638	-	16.500
03/08/2011	126.700	-	(19.365)	(5.418)	(17.536)	5.044	3.578	126.700
31/10/2011	143.412	-	(23.572)	(5.756)	(20.333)	5.592	6.010	143.412
23/02/2012	243.139	-	(29.902)	(9.981)	(27.268)	9.421	7.268	243.139
15/06/2012	154.876	-	(18.329)	(7.346)	(12.843)	7.075	3.808	154.876
Total	964.665	(108.174)	(33.483)	(94.104)	31.770	23.954	784.628	
	Saldo devedor em 2015	Adições	Baixas	Paga-mento de juros	Varição cambial paga	Juros provi-sionados	Varição Cambial não realizada	Saldo devedor em 2016
17/03/2011	167.484	-	(17.806)	(2.992)	(16.274)	4.638	-	167.484
03/08/2011	160.399	-	(19.365)	(5.418)	(17.536)	5.044	3.578	160.399
31/10/2011	181.471	-	(23.572)	(5.756)	(20.333)	5.592	6.010	181.471
23/02/2012	202.601	-	(29.902)	(9.981)	(27.268)	9.421	7.268	202.601
15/06/2012	209.739	-	(26.264)	(9.264)	(12.843)	7.075	3.808	209.739
Total	1.359.721	(98.909)	(33.665)	(100.502)	37.492	(199.472)	964.665	